

JULGAMENTO

LICITAÇÃO Nº 90024/2024

PROCESSO Nº 23105.039367/2024-26

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Laboratoriais Médico me Patologia (EMP) para o Laboratório de Patologia do Departamento de Patologia e Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amazonas (LP/DPML/FM-UFAM).

RECORRENTE: CPM- COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE LTDA

RECORRIDA: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

Em 21 de novembro de 2024, esta pregoeira realizou análise o Recurso Administrativo interposto pela empresa CPM- COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE LTDA em face da decisão que aceitou e habilitou a empresa DNEDX COMERCIO E SERVICOS PARA PRODUTOS DA SAÚDE LTDA como vencedora do item 27 do Pregão Eletrônico nº 90024/2024, oportunidade em que se chegou à seguinte conclusão:

RAZÕES DO RECURSO

A Recorrente alega que, em sua proposta apresentada para no item 27,a impressora de cassetes apresentada pela recorrente cumpre integralmente os requisitos do edital, incluindo a capacidade de imprimir cassetes com ângulo de 35° e ajuste mecânico para garantir a precisão da impressão, bem como a exigência de interface de display sensível ao toque (LCD, LED ou cristal líquido).

Assim sendo, prezando pelo respeito ao princípio da estrita Vinculação ao Instrumento Convocatório e da isonomia, a Recorrente solicita que a Comissão de Licitações revise a decisão que a desclassificou.

CONTRARRAZÕES AO RECURSO

A contrarrazão perante o recurso culmina com a análise, visto que a recorrente contesta sua desclassificação por parte da administração.

DA ANÁLISE

A Administração Pública, ao materializar o processo licitatório, consubstancia a determinação constitucional no que tange à observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, preconizadas no art. 37, caput. Regulamentando o procedimento, a lei [14133/2021](#) estabelece a estrita vinculação da Administração às normas e condições do instrumento convocatório, razão pela qual está adstrita à plena observância de suas disposições, não podendo olvidar do seu cumprimento.

Nesse íterim, corrobora o doutrinador Marçal Justen Filho:

[...] O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado puras e simplesmente ignorá-las ou alterá-

las [...]. (Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, comentários ao art. 41, pgs. 417/420).

De início, cumpre ressaltar que o Recurso Administrativo foi interposto no prazo e forma legais, tal como previsto no art. 165, inciso b, da Lei n.º 14.133/2021, pelo que deve ser conhecido.

Da análise do presente recurso, infere-se que as alegações feitas pela empresa CPM –COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE LTDA, não devem prosperar, podendo ser observado, a seguir, e de forma fundamentada, os fatos que levaram a esse entendimento.

O item 23 está descrito no Termo de Referência da seguinte forma: **Equipamento: IMPRESSORA DE CASSETES Tipo: Impressora Capacidade: Até 500 Cassetes Componentes: C/ Software Aplicação: P/ Histologia.** Detalhamento descritivo Equipamento: impressora de cassetes histológicos automatizada com tecnologia laser com impressão resistente a químicos (ao menos xilol e formol, álcool). Estrutura física (Hardware): Pannel de teclas sensíveis ao toque com display ou Tela de Cristal líquido ou LCD ou LED sensível ao toque. Ao menos 04 porta cassetes (magazines) cada um contendo ao menos 80 cassetes/cada. Total de ao menos 320 cassetes em plena carga. Possibilidade de impressão de cassetes em ângulos de 35º e 45º. Leitor de código de barra integrado ou com entrada para uso deste acessório. Entrada USB ou serial. Sistema operacional (software): Identificação de caracteres alfanuméricos, códigos de barra 1D e 2D, gráficos e Código QR. Capacidade de funcionamento como unidade isolada, integrada a um computador ou integrável/interfacciável ao sistema de informações laboratoriais (software de gestão laboratorial). Velocidade de Impressão de ao menos 15 cassetes / minuto. Resolução de ao menos 600 DPI ou superior. Capacidade de armazenamento de cassete impresso de ao menos 8 cassetes. Tensão: 110 ou bivolt. Registro na ANVISA e demais certificações inerentes a esse tipo de equipamento, exceto em caso de isenção. Acessórios: 3 porta cassetes (magazines) extras. 1 Leitor de código de barra 1D e 2D se o mesmo não for integrado ao equipamento. Ferramentas básicas. Manual de instruções em português.

Conforme análise técnica, o equipamento apresenta falta de um item fundamentado no descritivo. A interface com operador, com tela digital que pode ter várias naturezas, sensível ao toque para interação com operador, dando maior independência do equipamento com operador e tornando fácil visualização de atividades, programações, erros e outras demandas de interface. Esse item torna o equipamento com maior autonomia em relação ao computador sendo possível interagir com o equipamento mesmo sem uma CPU, teclado, mouse e monitor, visto que o equipamento já possui o seu. Interface com display para LCD, LED ou cristal líquido sensíveis ao toque não foi identificada.

DECISÃO

Nos termos da fundamentação exarada, a Pregoeira entende ser **NÃO PROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa CPM – COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE LTDA.